

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Sede social: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 18
Natureza da atividade: Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional

Administração/ Gerência

Pag. 1 de 12

Contabilista Certificado Nº 14223



Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no ítem "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos ítems de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no ítem de propriedades de investimento.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde



Handwritten signature of the Administrator/Manager



exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwil", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwil negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa é isenta de IRC

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações



Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:



Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	803 698,10	3 098 790,60	533 623,12	403 164,96	149 032,08		91 037,41	34 108,64		5 113 454,91
Depreciações acumuladas		1 224 023,25	491 041,36	328 166,63	149 032,08		60 799,46			2 253 062,78
Saldo no início do período	803 698,10	1 874 767,35	42 581,76	74 998,33			30 237,95	34 108,64		2 860 392,13
Variações do período		13 612,57	30,64	(30 465,33)	1 079,41		(8 601,35)	(25 697,90)		(49 441,96)
Total de aumentos		10 377,05	14 727,00		1 295,19			52 287,79		78 687,63
Aquisições em primeira mão		10 377,05	13 232,91		1 295,19			52 287,79		77 193,54
Outros aumentos			1 494,09							1 494,09
Total diminuições		74 750,77	14 606,36	30 465,33	215,78		8 001,35			120 129,59
Depreciações do período		73 256,68	14 489,64	30 465,33	215,78		8 001,35			126 428,78
Outras diminuições		1 494,09	206,72							1 700,81
Transferências de AFT		77 985,69						(77 985,69)		
Saldo no fim do período	803 698,10	1 888 379,92	42 612,40	44 533,00	1 679,41		22 236,60	8 410,74		2 810 950,17
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 185 639,85	533 623,12	403 164,96	150 327,27		91 037,41	8 410,74		5 183 784,41
Depreciações acumuladas no fim do período		1 297 279,93	491 041,36	358 631,96	149 247,86		68 800,81			2 372 834,24

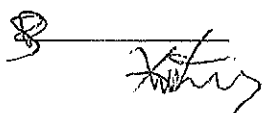
Quadro comparativo:

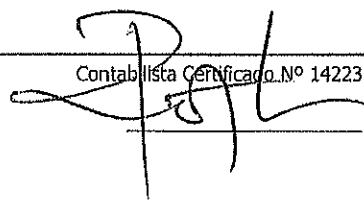
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	803 698,10	3 094 191,79	499 649,53	367 995,80	149 032,08		89 732,38	8 410,74		5 012 710,42
Depreciações acumuladas		1 156 118,49	478 551,11	297 701,30	147 681,36		52 798,11			2 132 850,37
Saldo no início do período	803 698,10	1 938 073,30	21 098,42	70 294,50	1 350,72		36 934,27	8 410,74		2 879 868,05
Variações do período		(63 305,95)	21 483,34	4 703,83	(1 350,72)		(6 696,32)	25 697,90		(19 467,92)
Total de aumentos		7 152,42	33 973,59	35 169,16			1 305,03	30 296,71		107 896,91
Aquisições em primeira mão			33 973,59	35 169,16			1 305,03	30 296,71		100 744,49
Outros aumentos		7 152,42								7 152,42
Total diminuições		75 057,18	12 490,25	30 465,33	1 350,72		8 001,35			127 364,83
Depreciações do período		67 904,76	12 490,25	30 465,33	1 350,72		8 001,35			120 212,41
Alienações		7 152,42								7 152,42
Transferências de AFT		4 598,81						(4 598,81)		
Saldo no fim do período	803 698,10	1 874 767,35	42 581,76	74 998,33			30 237,95	34 108,64		2 860 392,13
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 098 790,60	533 623,12	403 164,96	149 032,08		91 037,41	34 108,64		5 113 454,91
Depreciações acumuladas no fim do período		1 224 023,25	491 041,36	328 166,63	149 032,08		60 799,46			2 253 062,78

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:





Descrição	Trespasse	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			204,18					204,18
Amortizações acumuladas totais no fim do período			204,18					204,18
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			204,18					204,18
Amortizações acumuladas			204,18					204,18
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

6 - Inventários

6.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

O inventário encontra-se mensurado pelo seu custo de compra, o qual inclui, além do seu preço de compra, todos os gastos adicionais de compra, assim como descontos comerciais e abatimentos

6.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais		5 743,46	5 743,46		6 064,36	6 064,36
Compras	398 478,10		398 478,10		359 680,04	359 680,04
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		6 804,49	6 804,49		5 743,46	5 743,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	397 417,07		397 417,07		360 000,94	360 000,94
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7 - Rendimentos e gastos

7.1. Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2 327 566,23	1 079 975,50
Juros	9 571,51	3 415,83
Outros réditos	67 854,10	160 163,59
Total	2 404 991,84	1 243 554,92



[Assinatura]



Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

[Assinatura]

7.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		3 135,00
Serviços especializados	152 950,09	170 808,05
Trabalhos especializados	28 626,42	41 207,46
Publicidade e propaganda	1 939,71	
Vigilância e segurança		13 589,48
Honorários	69 815,70	66 151,32
Comissões		4 920,00
Conservação e reparação	52 568,26	44 939,79
Materiais	28 649,80	26 059,11
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25 726,52	23 529,61
Livros e documentação técnica	63,00	
Material de escritório	752,74	263,47
Artigos para oferta	863,51	1 801,28
Outros	1 244,03	464,75
Energia e fluidos	101 612,86	85 531,35
Electricidade	33 477,14	19 892,30
Combustíveis	10 351,94	16 377,83
Água	11 297,44	10 100,27
Outros	46 486,34	39 160,95
Deslocações, estadas e transportes	2 513,71	2 255,56
Deslocações e estadas	2 513,71	2 255,56
Serviços diversos	100 675,41	98 194,56
Rendas e alugueros	4 364,99	5 680,00
Comunicação	2 298,08	2 475,17
Seguros	8 865,24	9 164,22
Contencioso e notariado	150,00	315,00
Limpeza, higiene e conforto	83 467,60	80 557,17
Outros serviços	1 529,50	3,00
Total	386 401,87	385 983,63

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios à exploração concedidos pelo Governo respeitam à comparticipação da Segurança Social referente à ação social da Instituição e do apoio do Instituto de Emprego, Formação Profissional referente a estágios e Câmara Municipal.

Os subsídios ao investimento concedidos pelo Governo em anos anteriores, o quais afetam os rendimentos do exercício em função das depreciações do investimento associado, respeitam a apoio concedido pela Câmara de Caldas da Rainha e Segurança Social (Programa Pares) referente ao alargamento do edifício para lar.



Handwritten signature



Handwritten signature of the Certified Accountant.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Total	Outras Ent. - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	1 095 207,22	44 805,40		
Para ativos fixos tangíveis	1 095 207,22	44 805,40		
Edifícios e outras construções	1 095 207,22	44 805,40		
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	46 154,09	46 154,09	81 069,05	81 069,05
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	1 141 361,31	90 959,49	81 069,05	81 069,05

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			110 325,51		110 325,51
Clientes e utentes			18 126,10		18 126,10
Outras contas a receber			92 199,41		92 199,41
Passivos financeiros:			278 909,04		278 909,04
Fornecedores			58 940,42		58 940,42
Financiamentos obtidos			5 111,61		5 111,61
Outras contas a pagar			219 968,62		219 968,62
Ganhos e perdas líquidos:			(20 751,03)		(20 751,03)
De ativos financeiros			(22 874,64)		(22 874,64)
De passivos financeiros			2 123,61		2 123,61
Rendimentos e gastos de juros:			8 605,59		8 605,59
De ativos financeiros			9 571,51		9 571,51
De passivos financeiros			(965,92)		(965,92)

9.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14 033,88			14 033,88
Resultados transitados	1 557 390,61		124 489,92	1 681 880,53
Outras variações nos capitais próprios	1 336 718,87	44 805,61	33 452,23	1 325 365,49
Subsídios	667 993,50	44 805,61	33 452,23	656 640,12
Doações	668 725,37			668 725,37
Total	2 908 143,36	44 805,61	157 942,15	3 021 279,90



[Handwritten signature]



[Handwritten signature of the Certified Accountant]

10 - Benefícios dos empregados**10.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas**

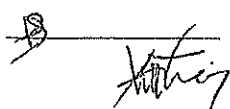
Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	80,00	148 206,00	86,00	141 681,25
Pessoas remuneradas	72,00	146 886,00	76,00	141 317,25
Pessoas não remuneradas	8,00	1 320,00	10,00	364,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	73,00	146 886,00	76,00	141 317,25
Pessoas a tempo completo	72,00	145 830,00	74,00	139 410,58
(das quais pessoas remuneradas)	72,00	145 830,00	74,00	139 410,58
Pessoas na tempo parcial	1,00	1 056,00	2,00	1 906,67
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	1 056,00	2,00	1 906,67
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	73,00	146 886,00	76,00	141 317,25
Masculino	3,00	2 112,00	2,00	2 860,00
Feminino	70,00	144 774,00	74,00	138 457,25
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	16,00	9 952,00	16,00	9 984,00
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

10.2. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

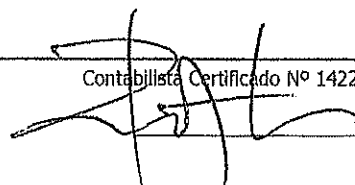
Existem 7 membros dos órgãos diretivos e não são remunerados.
Existem 3 membros do Conselho Fiscal e não são remunerados.

10.3. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 476 947,32	1 406 261,26
Remunerações do pessoal	1 195 282,57	1 126 040,82
Encargos sobre as remunerações	263 270,34	248 192,17
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 832,46	9 214,42
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	7 561,95	22 813,85
- formação	804,00	16 965,19
- fardamento	2 735,26	2 472,16

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais**11.1. Informação por atividade económica**



**Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha**



Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 327 566,23	2 327 566,23
Compras	398 478,10	398 478,10
Fornecimentos e serviços externos	386 401,87	386 401,87
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	397 417,07	397 417,07
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	397 417,07	397 417,07
Gastos com o pessoal	1 476 947,32	1 476 947,32
Remunerações	1 195 282,57	1 195 282,57
Outros gastos	281 664,75	281 664,75
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 810 950,17	2 810 950,17
Total das aquisições	77 193,54	77 193,54
(das quais edifícios e outras construções)	10 377,65	10 377,65
Adições no período de ativos em curso	52 287,79	52 287,79
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	1 079 975,50	1 079 975,50
Compras	359 680,04	359 680,04
Fornecimentos e serviços externos	385 983,63	385 983,63
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	360 000,94	360 000,94
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	360 000,94	360 000,94
Gastos com o pessoal	1 406 261,26	1 406 261,26
Remunerações	1 126 040,82	1 126 040,82
Outros gastos	280 220,44	280 220,44
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 860 392,13	2 860 392,13
Total das aquisições	100 744,49	100 744,49
Adições no período de ativos em curso	30 295,71	30 295,71
Propriedades de investimento		

11.2. Informação por mercado geográfico



[Handwritten signature]



[Handwritten signature of the Certified Accountant]

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 327 566,23			2 327 566,23
Compras	398 478,10			398 478,10
Fornecimentos e serviços externos	386 401,87			386 401,87
Aquisições de ativos fixos tangíveis	77 193,54			77 193,54
Rendimentos suplementares:	3 403,69			3 403,69
Outros rendimentos suplementares	3 403,69			3 403,69

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	1 079 975,50			1 079 975,50
Compras	359 680,04			359 680,04
Fornecimentos e serviços externos	385 983,63			385 983,63
Aquisições de ativos fixos tangíveis	100 744,49			100 744,49
Rendimentos suplementares:	12 998,25			12 998,25
Outros rendimentos suplementares	12 998,25			12 998,25

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	116 194,22	124 489,92
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Os saldos finais do ano, respeitam a valores referentes a dezembro a serem pagos em janeiro do ano seguinte

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		9 948,95		7 945,00
Contribuições para a Segurança Social		31 559,16		26 145,42
Total		41 508,11		34 090,42

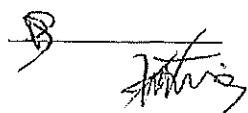
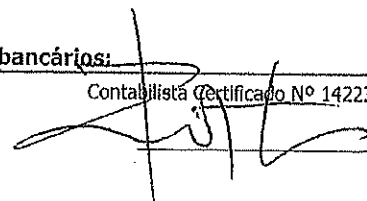
13 - Fluxos de caixa

13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Administração/ Gerência

Pag. 11 de 12

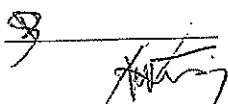
Contabilista Certificado Nº 14223


Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha


Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	96,41	40 078,34	39 845,19	329,56
Depósitos à ordem	246 775,81	3 220 497,91	3 308 380,74	158 892,98
Outros depósitos bancários	300 000,00	850 000,00	700 000,00	450 000,00
Total	546 872,22	4 110 576,25	4 048 225,93	609 222,54

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	409,74	49 262,72	49 576,05	96,41
Depósitos à ordem	462 304,41	2 851 221,11	3 066 749,71	246 775,81
Outros depósitos bancários		300 000,00		300 000,00
Total	462 714,15	3 200 483,83	3 116 325,76	546 872,22

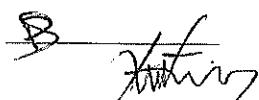
Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

**Balço - (modelo para ESNL) em
31-12-2024
(montantes em euros)**

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			2024	2023
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	2 810 950,17	2 860 392,13	
Outros créditos e ativos não correntes		9 799,96	9 799,96	
		2 820 750,13	2 870 192,09	
Ativo corrente				
Inventários	7	6 804,49	5 743,46	
Créditos a receber	11	110 325,51	57 934,59	
Diferimentos		12 696,24	12 774,35	
Caixa e depósitos bancários		609 222,54	546 872,22	
		739 048,78	623 324,62	
Total do ativo		3 559 798,91	3 493 516,71	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	11	14 033,88	14 033,88	
Resultados transitados		1 681 880,53	1 557 390,61	
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	1 325 365,49	1 336 718,87	
Resultado líquido do período		116 194,22	124 489,92	
Total dos fundos patrimoniais		3 137 474,12	3 032 633,28	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	11		2 471,96	
			2 471,96	
Passivo corrente				
Fornecedores	11	58 940,42	77 447,32	
Estado e outros entes públicos	15	41 508,11	34 090,42	
Financiamentos obtidos	11	5 111,61	32 524,21	
Diferimentos		96 796,03	114 250,82	
Outros passivos correntes	11;12	219 968,62	200 098,70	
		422 324,79	458 411,47	
Total do passivo		422 324,79	460 883,43	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 559 798,91	3 493 516,71	

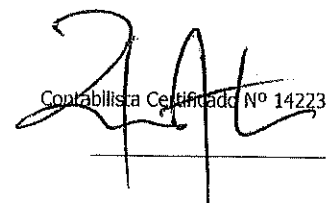
Administração / Gerência





**Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha**

Contabilista Certificado Nº 14223

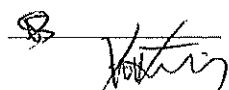


Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12
-2024
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial de Caldas
da Rainha

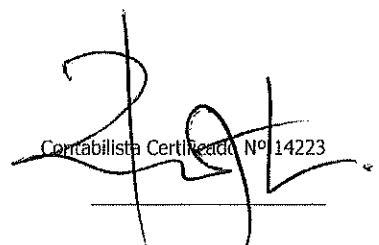
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	2 327 566,23	1 079 975,50
Subsídios, doações e legados à exploração	10	127 223,14	1 159 449,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(397 417,07)	(360 000,94)
Fornecimentos e serviços externos	8	(386 401,87)	(385 983,63)
Gastos com o pessoal	12	(1 476 947,32)	(1 406 261,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(22 874,64)	
Outros rendimentos	8	65 700,38	158 706,66
Outros gastos		(4 955,05)	(4 368,30)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		231 893,80	241 517,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(126 428,78)	(120 212,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105 465,02	121 304,90
Juros e rendimentos similares obtidos	8	11 725,23	4 872,76
Juros e gastos similares suportados		(996,03)	(1 687,74)
Resultado antes de impostos		116 194,22	124 489,92
Resultado líquido do período		116 194,22	124 489,92

Administração / Gerência





Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

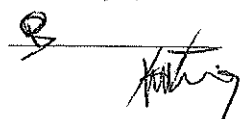

 Contabilista Certificado Nº 14223

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2024
(montantes em euros)**

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		2 308 270,39	1 076 512,25
Pagamentos a fornecedores		786 757,95	710 992,17
Pagamentos ao pessoal	12	1 469 529,63	1 406 327,90
Caixa gerada pelas operações		51 982,81	(1 040 807,82)
Outros recebimentos/pagamentos		56 288,07	1 076 070,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		108 270,88	35 262,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	70 329,50	100 744,49
<i>Investimentos financeiros</i>			1 175,57
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		87 500,00
<i>Investimentos financeiros</i>			4 941,29
<i>Outros ativos</i>			3 360,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		33 452,02	
<i>Juros e rendimentos similares</i>		9 571,51	3 415,83
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(27 305,97)	(2 702,94)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>		12 266,00	82 177,57
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		29 884,56	28 891,25
<i>Juros e gastos similares</i>		996,03	1 687,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(18 614,59)	51 598,58
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		62 350,32	84 158,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		546 872,22	462 714,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		609 222,54	546 872,22

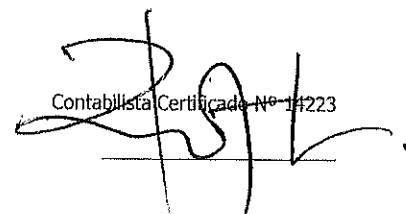
Administração / Gerência





**Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha**

Contabilista Certificado Nº 14223



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31-12-2024
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento s / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	14 033,88			1 505 540,23		1 366 838,03	44 697,96	2 951 110,10		2 931 110,10
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				51 850,38		(30 119,16)	(44 697,96)	(22 966,74)		(22 966,74)
2				51 850,38		(30 119,16)	(44 697,96)	(22 966,74)		(22 966,74)
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							124 489,92	124 489,92		124 489,92
4=2+3 RESULTADO INTEGRAL							101 523,18	101 523,18		101 523,18
5 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
6=1+2+3+5 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	14 033,88			1 557 390,61		1 336 718,87	124 489,92	3 032 633,28		3 032 633,28

Administração / Gerência


Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

Contabilista Certificado Nº 14223

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31-12-2024
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

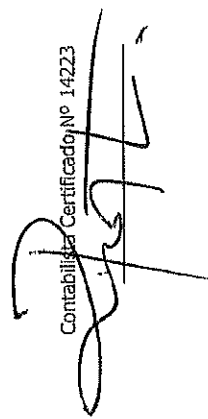
NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO										
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	14 033,88			1 557 390,61		1 336 716,87	124 489,92	3 032 633,28		3 032 633,28
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				124 489,92		(11 353,38)	(124 489,92)	(11 353,38)		(11 353,38)
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				124 489,92		(11 353,38)	(124 489,92)	(11 353,38)		(11 353,38)
8 RESULTADO INTEGRAL							116 194,22	116 194,22		116 194,22
9=7+8 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							104 840,84	104 840,84		104 840,84
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	14 033,88			1 681 880,53		1 325 365,49	116 194,22	3 137 474,12		3 137 474,12
6+7+8+10										

Administração / Gerência



 Centro Social Paroquial
de Caldas da Rainha

Contabilista Certificado Nº 14223





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 3.559.799 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.137.475 euros, incluindo um resultado líquido de 116.195 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

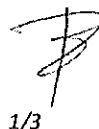
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;


1/3



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material

Certificação Legal das Contas – Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha – Ano 2024



relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de abril de 2025

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Floriano Manuel Moléiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

Certificação Legal das Contas – Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha – Ano 2024



Carta de Compromisso

À Direção do
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha

Exmos. Senhores,

Pela presente acordamos e atualizamos os termos do trabalho de auditoria, abordados no contrato de prestação de serviços celebrado com V. Exas, relativamente à auditoria às demonstrações financeiras do **Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha**.

Objetivo e âmbito da auditoria

Solicitaram-nos que auditássemos as demonstrações financeiras do **Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas. Temos o prazer de confirmar pela presente a nossa aceitação e o nosso entendimento deste trabalho de auditoria. A nossa auditoria será conduzida com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Os objetivos da nossa auditoria são obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

1/4



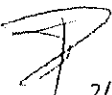
Responsabilidades do auditor

Executaremos a nossa auditoria de acordo com as ISA as quais exigem que cumpramos requisitos éticos. Como parte da auditoria de acordo com as ISA, faremos julgamentos profissionais e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente:

- identificaremos e analisaremos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, conceberemos e executaremos procedimentos de resposta aos riscos identificados, e obteremos prova que seja suficiente e apropriada que proporcione uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material resultante de fraude é maior do que o que resulta de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou não aplicação de controlos internos;
- obteremos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade. Porém, comunicar-vos-emos por escrito quaisquer deficiências significativas de controlo interno relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras que tenhamos identificado durante a mesma;
- avaliaremos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliaremos a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, concluiremos sobre se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, é exigido que chamemos a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modifiquemos a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria que obtivemos até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliaremos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que atinja uma apresentação apropriada;

Devido às limitações inerentes a uma auditoria, juntamente com as limitações inerentes ao controlo interno, existe inevitavelmente o risco de que algumas distorções materiais possam não ser detetadas, mesmo que a auditoria seja devidamente planeada e executada de acordo com as ISA.

Os papéis de trabalho preparados no decorrer do nosso exame são da nossa propriedade, constituem informação confidencial e serão arquivados e mantidos de acordo com as nossas políticas e procedimentos.

 2/4



Responsabilidades do órgão de gestão e identificação do referencial de relato financeiro aplicável

A nossa auditoria será conduzida na base de que o órgão de gestão reconhece e compreende que têm a responsabilidade:

- (a) pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (b) pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro; e
- (c) de nos proporcionarem:
 - i. acesso a toda a informação de que tenha conhecimento e que seja relevante para a preparação das demonstrações financeiras, tais como registos contabilísticos, respetiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos e a correspondência relevante;
 - ii. informações adicionais que possamos pedir para efeitos da auditoria; e
 - iii. acesso sem restrições a pessoas que dentro da entidade determinemos ser necessário contactar para obter prova de auditoria.

Durante a nossa auditoria iremos inquirir o órgão de gestão, outros responsáveis da entidade e terceiros sobre a informação contida nas demonstrações financeiras e sobre a efetividade do sistema de controlo interno. No final dos nossos trabalhos, e como parte do nosso processo de auditoria, solicitaremos ao órgão de gestão e, quando apropriado, aos encarregados da governação, confirmação escrita respeitante a declarações que nos foram feitas relacionadas com a auditoria.

Esperamos uma total cooperação do vosso pessoal durante a nossa auditoria.

Outras informações e serviços relevantes

O planeamento e calendário de execução das diferentes tarefas que integram o trabalho objeto da presente carta serão posteriormente acordados com V. Exas.. Salientamos que o início dos nossos trabalhos, nomeadamente na fase final, está dependente da disponibilidade da Informação de fecho, assim a mesma deverá ser-nos disponibilizada em tempo oportuno face à data prevista para a emissão da nossa Certificação Legal das Contas.

Qualquer serviço adicional requerido por V. Exas., que acordemos em prestar, será objeto de acordo escrito específico.



Relato

Além dos relatórios e pareceres a que por lei estamos obrigados a apresentar, e dos quais destacamos a certificação legal das contas, apresentaremos a Vossas Excelências um relatório da auditoria desenvolvida, incluindo eventuais deficiências na estrutura de controlo interno, que venham a ser identificadas durante a nossa auditoria, bem como eventuais distorções e irregularidades detetadas, nos termos das normas aplicáveis.

A forma e o conteúdo do nosso relatório poderão ter de ser alterados à luz das conclusões da nossa auditoria, dependendo dos factos e das circunstâncias existentes à data da sua emissão. Se vier a ocorrer a impossibilidade de completarmos o nosso exame, ou se a Certificação Legal das Contas tiver de conter reservas e/ou ênfases, as razões subjacentes serão previamente discutidas com V. Exas..

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 30 de janeiro de 2025

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

Tomámos conhecimento e concordamos em nome da Entidade:
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Caldas da Rainha

Pela Direção

Caldas da Rainha, 30 de janeiro de 2025

4.

ATAS

Folha 59

ATA NÚMERO 14/2025

----- Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu, nas instalações do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, a respetiva Direção, estando presentes os seguintes elementos: Presidente, Padre João Carlos Abreu Sobreiro; Vice-Presidente, Luís Manuel Sousa Henriques; Secretário, Fernando António Alves; Tesoureiro, Manuel Joaquim Fernandes Ferreira e o Vogal, Luís Paulo Ribeiro, os quais, após audição do Técnico Oficial de Contas que presta serviço ao Centro, análise dos mapas apresentados e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, deliberaram por unanimidade:-----

----- Aprovar as contas, referentes ao ano de 2024, expressas no Balanço e Demonstração de Resultados, onde se apurou um resultado líquido positivo de 116 194,22 € (cento e dezasseis mil cento e noventa e quatro euros e vinte e dois cêntimos), com aplicação em Resultados Transitados.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos elementos que participaram nos trabalhos.-----

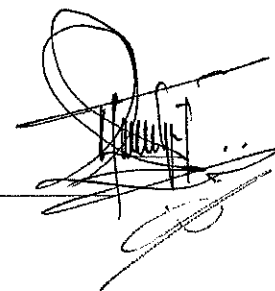
Pe. João Sobreiro
Luís Henriques
Fernando António Alves
Manuel Henriques
João Paulo Ribeiro

Ressalva: Na linha um, da presente ata, onde se lê "dois mil e vinte e quatro", deve ser lido "dois mil e vinte e cinco".-----

Pe. João Sobreiro
Luís Henriques
Fernando António Alves
Manuel Henriques
João Paulo Ribeiro

Centro Social Paroquial das Caldas da Rainha
Conselho Fiscal

Acta Número 53.01.2025



Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete e trinta horas, reuniu em reunião ordinária numa das salas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, o Conselho Fiscal deste mesmo Centro, com a presença de todos os seus elementos, a saber; Bernardo José Conceição Rodrigues Presidente, Paulo do Espírito Santo Oliveira Secretário, e Armando Manuel Penas da Silva Vogal, com a finalidade estatutária de apreciar e dar o seu parecer no que concerne às contas de gestão e actividade económica, relativamente ao ano de dois mil e vinte e quatro, próximo passado.

Iniciados os trabalhos com a apreciação dos documentos contabilísticos apresentados pelo técnico respectivo que as elabora e ouvidas as suas explicações e dados os esclarecimentos que se justificaram. Documentação que como é habitual ficará arquivada em dossier próprio deste Órgão Social para os fins convenientes e devidos efeitos.

Constata-se assim um movimento anual no valor de dois milhões quinhentos e vinte e dois mil e seiscentos e quarenta e três euros e quarenta e sete centimos, (2,522.643.47€) como valor da receita, sendo o valor da despesa de dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e um euros e trinta e um centimos (2,265.721.31€), tendo resultado um saldo positivo, (EBITDA) de duzentos e trinta e quatro mil e quarenta e sete euros e cinquenta e dois centimos (234,047.52€). Resultado final do exercício, do ano aqui em apreço de dois mil e vinte e quatro.

Considerando as normas obrigatórias, ao implementar a rubrica Gastos/Reversão de Depreciação e Amortização, no valor de cento e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e oito euros e setenta e oito centimos (126,428.78€), de que resulta um "EBIT" no valor de cento e sete mil seiscentos e dezoito euros e setenta e quatro centimos (107,618.74€), deduzindo igualmente juros e outros gastos havidos, considerando também e em contra partida a obtenção de juros e rendimentos similares igualmente havidos, obtemos o resultado liquido real do exercício que o foi de cento e dezasseis mil cento e noventa e quatro euros e vinte e dois centimos (116,194.22€), neste já referido ano económico de dois mil e vinte e quatro.

Uma vez mais se sublinha a existência de uma gestão criteriosa, exigente, transparente e assertiva, por parte da Direcção desta Instituição, que pese embora a continuação da inflação, o aumento justo dos funcionários e outros encargos que todos, mais ou menos têm vindo, ainda que paulatinamente a existir, têm sabido contornar de forma sábia, dedicada e competente, e isso mesmo está espelhado nos resultados obtidos. Um muito e muito obrigado pelo excelente trabalho realizado. Bem hajam.

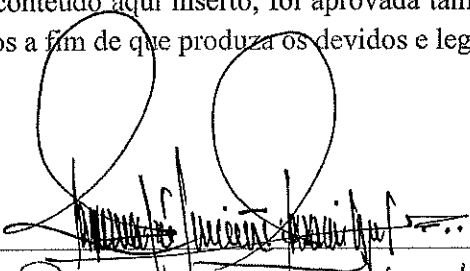
Centro Social Paroquial das Caldas da Rainha
Conselho Fiscal

Acta Número 53.01.2025

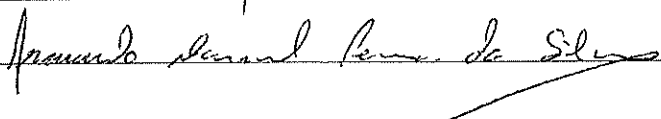
Não esquecemos também e uma vez mais toda a colaboração carinhosa e muito disponível, de todas as funcionárias e funcionários deste Centro Social, pois também e muito, têm contribuído e continuam contribuindo para os êxitos desta Instituição. Manifestamos a todos um especial agradecimento, cheio de gratidão. Bem hajam.

Finalmente manifestamos a nossa total concordância com os resultados do exercício aqui em apreço, pelo que recomendamos a sua aprovação, obviamente.

Nada mais havendo a tratar, dado que foi este o único ponto dos trabalhos, deu-se esta reunião por encerrada, tendo-se da mesma lavrado a presente acta por mim Paulo do Espírito Santo Oliveira, Secretário, que a elaborei e após a sua leitura e concordância unânime com o conteúdo aqui inserto, foi aprovada também por unanimidade e vai ser assinada por todos a fim de que produza os devidos e legais efeitos.



Paulo do Espírito Santo Oliveira



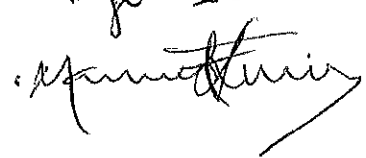
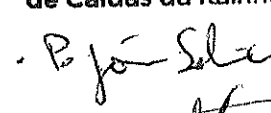
Francisco Manuel Fernandes de Silva

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo nº 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 1724/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2024 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.cspcr.com em 30 de maio de 2025.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 1724/2014 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2024 a entidade.
 - ☐ Realizou obras superiores a 25,000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - ☐ Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - ☒ Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:



 **Centro Social Paroquia
de Caldas da Rainha**